

Realizar uma Dissertação ou Tese

Alberto Carvalho
Faculdade de Letras de Lisboa
(2014)

ÍNDICE

	Pág.
I. INTRODUÇÃO	
o. Propósito	2
A. Dissertação/Tese	
1. Plano de Trabalho	2
2. Investigação	2
3. Preparação de materiais	3
4. Redacção	3
5. Conselho	3
II. DESENVOLVIMENTO	
B. Investigação	
1. Regras gerais	4
2. Consulta bibliográfica	4
3. Metodologias e utilização	5
C. Escrita (do trabalho)	
1. Estilo em geral	7
2. Sinaléticas	7
3. Formas, repetições, bordões	8
4. Pessoa discursiva	9
D. Textualidade	
1. Página, alinhamentos, letra	10
2. Citações	11
3. Menção bibliográfica	12
4. Indicações bibliográficas	13
5. Registos bibliográficos	14
6. Referenciação progressiva	15
III. CONCLUSÃO	
1. Bibliografia final	18
2. Introdução e Conclusão	19
3. Finalização	19
4. Adenda	20
5. Apêndice	21

I. INTRODUÇÃO

o. Propósito

Encontra-se disponível no mercado do livro e na Internet uma vasta documentação acerca de como realizar uma Dissertação ou uma Tese. Não parecendo haver grandes novidades a acrescentar, as notas aqui enunciadas restringem-se às respostas possíveis a “problemas a resolver”, a questões e a dúvidas que habitualmente surgem, quer na elaboração do projecto, quer nas sucessivas etapas do trabalho da sua concretização.

Por se tratar de notas enumeradas, o estilo adoptado evita a discursividade (excepto no caso de explicações que pareçam necessárias) em favor da enxuta elencação dos itens relativos aos tópicos à consignação. A ordem seguida procura caminhar do geral para o particular e da ideia para o objecto que a materializa, num sentido que não pretende ir além da mnemónica.

A. Dissertação/Tese

1. Plano de Trabalho

Documento para formalizar o processo.

1. Apresentação do assunto; justificação do interesse do tema nele integrado; objectivo a alcançar;
2. Índice <> plano do conteúdo, com indicação do nº de páginas previstas para Partes, Capítulos, Alíneas, Subalíneas, etc.;
3. Calendário de tempos dedicados à investigação, à preparação dos materiais e à redacção;
4. Bibliografia básica, com indicação de Bibliotecas privilegiadas;
5. Notas:
 - 5.1. O documento (Dissertação/Tese) a ser entregue à Instituição está obrigado à forma canónica de três componentes: Introdução, Desenvolvimento (ou corpo do trabalho), Conclusão;
 - 5.2. A mesma lógica da tripartição pode ser aplicada à componente central, Desenvolvimento (ou corpo do trabalho):
 - 5.2.1. Parte I: Contextualização do assunto e do tema (explicitação do “estado da arte”);
 - 5.2.2. Parte II (ou Partes II, III, etc.): Estudo do *corpus* (atributos particulares do *corpus*);
 - 5.2.3. Parte III (ou etc.): Valoração dos vários aspectos que singularizam o *corpus* trabalhado (inovações realizadas pelos textos do *corpus* em relação ao “estado da arte”);
 - 5.3. A Dissertação/Tese é uma monstração:
 - 5.3.1. Parte I: Situação “antes do” texto (*corpus*);
 - 5.3.2. Parte II (ou Partes II, III, etc.): Intervenção (re)criativa do texto (*corpus*);
 - 5.3.3. Parte III (ou etc.): Situação “depois do” texto (*corpus*).

2. Investigação

Quesitos essenciais.

1. Apetrechamento pessoal, teórico, metodológico, prático, adequados ao objecto e ao objectivo;
2. Privilégio concedido às fontes primárias (em vez das fontes secundárias já condicionadas pelas interpretações ensaísticas, algumas vezes portadoras de erros bibliográficos);
3. Conhecimento dos trabalhos afins do assunto/tema anteriormente realizados e publicados:
 - 3.1. A originalidade almejada consiste em acrescentar aos estudos existentes aquilo de que não se ocuparam, na condição de (aquilo) constituir novidade;

- 3.2. Um trabalho científico de mérito não se cinge, necessariamente, ao que nunca foi dito antes, não precisa de ser o primeiro descobridor;
- 3.3. Trabalho científico é todo aquele “que faz avançar o conhecimento”.

3. Preparação de materiais

Finalização do ciclo prático da investigação.

1. Selecção dos documentos que, à luz do saber actual, se consideram necessários, resultantes da investigação grandemente guiada pela intuição e sensibilidade;
2. Ordenação das fichas de consulta documental de acordo com o organograma/plano de trabalho;
3. Preenchimento, com nova investigação, de eventuais lacunas em algum item do organograma.

4. Redacção

Atitudes em relação ao trabalho e à consciência da escrita de um documento de vocação científica universitária.

1. Níveis estilístico, discursivo, nocional, conceptual, conformados à natureza do trabalho;
2. Utilização do apetrechamento ensaístico e teórico na medida da necessidade e suficiência em cada momento do trabalho;
3. Entusiasmo pelas tarefas que se têm em mãos;
4. Vigilância contra “apaixonar-se”:
 - 4.1. Eminentemente subjectiva, a paixão (estar apaixonado pelo trabalho) pode levar a resultados (feridos de impressionismo) que suscitem interpelações dificilmente defensáveis;
 - 4.2. Dar constantemente prioridade ao zelo pela objectividade consistente.

5. Conselho

Quesitos quanto ao trabalho, à sua orientação e às condições para o sucesso.

1. Ter em conta a exequibilidade do tema (e respectiva amplitude) segundo as regras instituídas de carácter obrigatório (número de páginas da Dissertação/Tese e tempo para a sua realização);
2. Dar preferência a um tema realizável à luz do apetrechamento pessoal em informação científica, metodológica e prática (tendo por bitola as competências pessoais e condições de trabalho);
3. Privilegiar o interesse científico do assunto/tema:
 - 3.1. Evitar assuntos/temas muito trabalhados com poucas novidades a acrescentar;
4. Preferir uma temática que faça avançar o conhecimento (tópico já referido);
5. Ter em consideração tendências pessoais discutíveis quanto ao encaminhamento do trabalho:
 - 5.1. Umhas vezes tende-se para a orientação abrangente (querer abordar “tudo”), correndo o risco de fazer trabalho generalista;
 - 5.2. Outras vezes tende-se para a preferência inversa, para um excesso analítico que pode afogar o tema num domínio muito circunscrito, alheado das conexões integradoras;
 - 5.3. Entre uma e outra orientação, o mérito poderá residir no meio termo, na justa medida;
6. Dar prioridade ao equilíbrio entre análise seguida de síntese, qualquer que seja a extensão do trabalho;
7. Evitar a vertigem de querer “meter tudo no trabalho”:
 - 7.1. Guardar os tópicos que não cabem nele como “aparas” para artigos futuros;
8. Obedecer à regra “emprender fazer o trabalho que se pode fazer”:

- 8.1. Ter na melhor conta as competências pessoais;
- 8.2. Optimizar o aproveitamento do tempo disponibilizado até à entrega do trabalho;
- 8.3. Gerir correctamente a bibliografia e a documentação;
- 8.4. Munir-se de fontes credíveis, primárias e (também) secundárias;
9. Evitar tanto quanto possível a “citação da citação”, “citação em segunda mão” (apud):
 - 9.1. Aliás, recorrer com frequência à “citação da citação” conota comodismo;
10. Inevitável, e também sinal de humildade científica, será o recurso à “citação da citação” no caso de fontes raras ou inacessíveis, ou quando se pretende recorrer a uma caução de autoridade.

II. DESENVOLVIMENTO

B. Investigação

1. Regras gerais

Ideias sobre investigação, procedimentos recomendados e valoração dos materiais.

1. Considerar elementos bibliográficos operativos os que intervêm directamente, muito ou pouco, na realização do trabalho;
2. Definir como elementos bibliográficos implícitos os que sustentam as competências longínquas ou próximas de quem realiza o trabalho:
 - 2.1 Os elementos bibliográficos implícitos devem ser revisitados todas as vezes que for necessário reavivar informações pessoais (saber teórico, metodológico, instrumental);
3. Registrar sistematicamente as bibliografias, em pormenor e de forma normalizada, desde início dos trabalhos, para evitar angústias devidas a lacunas, incorrecções, desorganização, no tempo final apertado da entrega do trabalho;
4. Ordenar as bibliografias por critérios objectivos:
 - 4.1. Interesse para o trabalho (dados, circunstâncias, informações, temática prioritária ou acessória);
 - 4.2. Funcionalidade documental (ensaísmo instrumental, teórico, metodológico, prático);
5. Ter em conta a questão da antiguidade ou actualidade das bibliografias:
 - 5.1. Não prescindir das obras importantes mais antigas, embora se deva privilegiar as mais recentes e de informação mais actualizada sobre o assunto/tema;
 - 5.2. As bibliografias de referência ensaística dita obrigatória não podem ser negligenciadas, mesmo que sejam de datação não muito recente, ou mesmo antiga;
6. Dar atenção à bibliografia de interesse científico, teórico e metodológico:
 - 6.1. Não negligenciar os textos ditos importantes menos recentes, embora dando preferência aos contemporâneos de informação científica mais actualizada (como acima, em 5.1);
 - 6.2. Encarecer os textos teóricos que “fazem escola” no âmbito dos assuntos ou temas particulares do trabalho, sejam de data não recente ou mesmo relativamente antiga (como acima, em 5.2).

2. Consulta bibliográfica

Práticas de investigação competente.

1. Na elaboração de fichas de leitura informativa privilegiar sempre a transcrição *ipsis verbis*;
2. Regras obrigatórias:
 - 2.1. Indicar no cabeçalho da ficha todos os dados bibliográficos relevantes da obra em consulta;
 - 2.2. Anotar sem engano as páginas transcritas;

- 2.3. Registrar nas transcrições o lugar exacto da passagem de uma página para outra, algumas vezes no interior de uma palavra;
3. Adotar uniformemente nas transcrições regras práticas explícitas, como, p. ex.:
 - 3.1. Transcrição de parágrafo integral: “xxx xxx xxx xxx”;
 - 3.2. Transcrição de parte do parágrafo até final: “[...] xxx xxx xxx”;
 - 3.3. Transcrição do início do parágrafo até um ponto antes de ele terminar: “xxx xxx xxx [...]”;
4. Indicar com a barra (/) o ponto exacto em que a transcrição passa de uma página para outra:
 - 4.1. Depois, longe da bibliografia consultada, ao ser utilizada só uma parte da citação é necessário saber seguramente a que página (páginas) pertence o fragmento citado;
 - 4.2. A questão põe-se todas as vezes que a citação abrange duas, três, ou mais páginas;
 - 4.3. Uma maneira de evitar dúvidas consiste em acrescentar depois da barra o número da página que se vai seguir, assim:
 - 4.3.1. “xxx xxx xx/28x xxx xxx xx/29x xxx xxx x/30xx” (passa para a pág. 28, para a 29, para a 30);
5. Uma tendência muito comum, nas consultas bibliográficas, consiste em fazer fichas de resumo, mais expeditas e em aparência suficientes para o fim em vista;
6. Tempos depois, na fase de redacção, os dados do resumo podem suscitar dúvidas;
7. Mais tarde, ou anos depois, essa bibliografia pode não servir para um trabalho que a solicite:
 - 7.1. No resumo, feito no passado com outro objectivo, eliminaram-se aspectos agora necessários;
 - 7.2. Entre esse passado e este presente evoluiu o saber do investigador, e o que pareceu importante outrora revela-se agora de escasso interesse;
 - 7.3. A fichagem que no passado obedeceu ao critério *ipsis verbis* serve ainda agora, ampliada com os acrescentos necessários, ficando o conjunto de fichas numerado, p. ex.: nº 5, 5.1, 5.2, 6, 6.1, 6.2, 7, 7.1, 8, 8.1, 8.2, etc., sendo “5.1”, “5.2”, “6.1”, “6.2”, “7.1”, “8.1”, “8.2” as fichas acrescentadas;
8. No caso de as fichas serem preenchidas só nas páginas de frente, pode-se recorrer aos resumos no verso para arrumação de ideias, resumos cotejáveis com o texto integral (da página de frente);
9. Duas anotações de desigual alcance:
 - 9.1. Aconselhável a transcrição em caligrafia que torne as fichas facilmente legíveis;
 - 9.2. Obrigatoriedade da inclusão, nas indicações bibliográficas do nº de edição consultada devido à eventual mudança de paginação de uma edição para outra (tópico já referido noutra perspectiva).

3. Metodologias e utilização

Disposições pessoais sobre a feitura da Dissertação/Tese, em relação às quais é considerável o papel do Orientador.

1. Dependendo de idiossincrasias pessoais, pode haver maior ou menor relutância relativamente a teorias, noções e conceitos operatórios, na convicção de que bastam os procedimentos empíricos, a sensibilidade, a intuição, a descrição, a explicação, o comentário, a interpretação, em linguagem mais ou menos informal para levar o trabalho a bom termo;
2. Admitindo que tal preferência possa, excepcionalmente, dar bons resultados, tanto por razões de objectividade como de solidez discursiva parece aconselhável a utilização de um conjunto mínimo de instrumentos nocionais e operatórios de fácil consenso;

3. Dependendo dos temas, ocorre por vezes a tática dos longos resumos iniciais de obras-Autores que se tomam por referência, numa espécie de rastreio sobre o que parece mais importante na área ou áreas relativas ao tema em estudo;
4. Depois, no decurso do trabalho, grande parte (ou a maior parte) desses resumos torna-se uma espécie de peso morto, por falta da aplicação que justifique a sua necessidade;
5. Do ponto de vista da economia discursiva, os resumos devem ser evitados em favor da tática da utilização criteriosa das ideias desenvolvidas pelas obras-Autores na proporção da sua utilidade em cada momento do trabalho;
6. Dependendo também dos gostos pessoais, pode-se tender para as longas explicações teóricas e ensaísticas, análogas aos resumos, umas vezes de duvidosa aplicabilidade nos assuntos tratados e outras manifestamente excessivas;
7. Ainda do ponto de vista da economia do discurso, as longas explicações teóricas poderão ser substituídas pelo recurso ao aparato de formalização a comando das necessidades;
8. Fica assim apontada a tipologia das relações entre os apetrechamentos de leitura e os textos:
 - 8.1. Uma forma de trabalho pode consistir em aplicar ao *corpus* um conjunto de meios operatórios, com ou sem formalização, segundo certas ideias preconcebidas;
 - 8.1.1. Nesta forma domina a intenção de levar os textos a dizerem aquilo que, antecipadamente, se tinha em mente demonstrar;
 - 8.2. A forma de trabalho oposta consiste em pôr a prática a comandar a teoria, a utilizar na leitura dos textos do *corpus* os instrumentos que eles consentem ou solicitam;
 - 8.2.1. Nesta forma domina a fidelidade ao texto em vez de o tomar como pretexto;
 - 8.2.2. Em metaforismo formalista dir-se-á que o texto sugere a chave que o há-de abrir;
 - 8.2.3. Em metaforismo humanista ser fiel ao texto é emprestar-lhe uma voz para ele se dizer;
 - 8.2.4. Em metaforismo materialista ser fiel ao texto é tomá-lo como significante dos sentidos que ele está em condições de significar;
 9. No domínio dos apetrechamentos, deve-se prestar a melhor atenção à metodologia de trabalho, sobretudo quando o *corpus* da Dissertação/Tese compreende mais de uma obra, duas, três ou mais, de um ou de diferentes Autores;
 10. Uma tendência bastante comum consiste em privilegiar o estudo das obras, individualmente, tudo completado por relacionamentos subsequentes em vista de uma leitura conclusiva:
 - 10.1. Esta orientação concretiza-se com a aplicação da totalidade dos tópicos de análise a uma obra, depois a outra, e mais outra, e assim sucessivamente, tirando depois a conclusão;
 11. Método mais produtivo parece ser o que recorre ao processo do relacionamento transversal de todas as obras, submetidas a um tópico de análise de cada vez:
 - 11.1. Neste caso a orientação consiste na aplicação de um tópico a todas as obras ao mesmo tempo, depois outro, e outro, e assim sucessivamente, tirando depois a conclusão;
 12. Entre os dois métodos a diferença reside, no primeiro método, na atomização dos resultados da análise, cada obra com os seus atributos e, inversamente, na percepção integradora das análises, no segundo método, por comparação das obras que assim dão a ver as suas diferenças e afinidades.
 13. Insiste-se na anotação deixada na abertura deste Capítulo:
 - 13.1. O Orientando deverá trilhar os caminhos apontados pelo Orientador, se pretende realizar com o melhor sucesso possível o objectivo proposto para a Dissertação/Tese.

C. Escrita (do trabalho)

1. Estilo em geral

Particularidades estilísticas e protocolos ditados pelo fim e finalidade do trabalho.

1. Sobriedade geral;
2. Humildade científica;
3. Exclusão de termos panegíricos;
4. Parcimónia nas expressões adjectivantes, adverbiais, conjuntivas (M. Rodrigues Lapa, *Estilística da Língua Portuguesa*, Lisboa, Seara Nova, [1973] (colofon), p. 11-14);
5. Reserva quanto às afirmações de duvidosa sustentação;
6. A Dissertação/Tese, cada vez mais de tendência ensaística, não se confina ao objectivo do Ensaio:
 - 6.1. As ideias, assuntos e temas problematizam-se e questionam-se, mas desenvolvem-se sempre no horizonte do objectivo da Dissertação/Tese;
 - 6.2. A modalidade da enunciação impressa no discurso deve ser sobretudo assertiva no sentido de um processo que demonstre e confirme o objectivo (Tese) proposto:
 - 6.2.1. As opiniões, subjectivas, não podem ter lugar num documento objectivo;
 - 6.2.2. Neste tipo de documento o discurso não pode deixar ruído (em termos informacionais);
 - 6.2.3. Cada palavra plena envolvendo ideia, sentido, noção, conceito, valor operativo no andamento da escrita, deve obedecer a um emprego criterioso, conformado à ideia, tão unívoco quanto possível;
 7. A regra da objectividade é determinante, mas com matizes;
 8. A subjectividade pode requerer um justo lugar na Introdução (como se verá oportunamente);
 - 8.1. A subjectividade pode-se manifestar na designação de “Partes”, “Títulos”, “Capítulos”, “Alíneas”, “Subalíneas”, para revelar uma criatividade que não perca de vista as referências semânticas:
 - 8.1.1. Títulos como “Estudo do tempo na narrativa”, “Estudo da personagem na narrativa”, além de redundantes (já se sabe que se trata de estudo, narrativa, personagem) não dizem grande coisa;
 - 8.1.2. Títulos como “Tempos de fuga, clausura, devaneio”, “Personagem, manipulação, ser, disfarce”, já revelam imaginação inventiva sem se afastarem do essencial;
 9. Parece acertado que os títulos internos (do Índice) e sobretudo da Dissertação/Tese obedçam ao formato de enunciados breves, substantivos, de fácil memorização.

2. Sinaléticas

Esclarecimento breve sobre parêntesis e sinais afins (aspas, hífen, travessão, etc.).

1. Nos textos o travessão serve para destacar um fragmento enunciado: «xxxxx --yy-- xxxxx»;
2. Nos mesmos textos o parêntesis curvo acrescenta um enunciado aparte: «xxxx (yy) xxxxx»;
3. Na citação que se abrevia colocam-se parêntesis a indicarem o lugar dos cortes, facto que suscita a dúvida sobre os parêntesis a utilizar, posta em destaque na seguinte citação:

- 1). Era ele, de todos os homens que conheci, o mais complexamente civilizado - ou, antes, aquele que se
- 2). munira da mais vasta soma de civilização [...]. Neste palácio (floridamente chamado Jasmineiro) que
- 3). seu pai [...] cons-/79truíra sobre uma honesta casa do século XVII, assoalhada a pinho e branqueada a
- 4). cal - [...] A biblioteca [...] continha vinte e cinco mil volumes, instalados em ébano [...] (e, com justa
- 5). prudência [...] o bibliotecário apenas colecionara os [sistema filosóficos] que irreconciliavelmente
- 6). se contradizem) [...] (Eça de Queirós, “Civilização”, *Contos*, Mem Martins, Europa-América, s.d. p., 78-79 (3ª ed.) (*)

(*)- No trabalho esta indicação deve ser remetida para bibliografia de rodapé ou, então, continuar neste lugar de forma simplificada;

- 3.1. A forma tabulada à esquerda, o discurso a 1 espaço e o tamanho menor da letra indicam que se trata de citação, por isso dispensando a redundância da sua colocação entre a sinalética aspas;
- 3.2. As aspas baixas («xxx», em espinha) utilizam-se para indicar a citação corrente no corpo de um texto;
- 3.3. Mas pode suceder que o texto citado já utilize ele próprio as aspas (baixas ou altas):
- 3.3.1. Para evitar as aspas dentro de aspas procede-se à substituição das aspas da citação, assim:
- 3.3.2. No texto de Autor: xxx xxx «xxx xxx» xxx xxx. Na citação: «xxx xxx ‘xxx xxx’ xxx xxx»;
- 3.3.3. No texto de Autor: xxx xxx “xxx xxx” xxx xxx. Na citação: «xxx xxx ‘xxx xxx’ xxx xxx»;
- 3.4. As aspas altas (“xxx”) são utilizadas em palavras ou frases que se tomam em sentido deslocado, que se usam de modo “distanciado”, que se tomam por empréstimo, que têm sentido de cliché, etc.;
4. Em “cons-/79truíra”, 3ª linha, a barra e o número indicam a passagem da pág. 78 para a 79;
5. Por só interessar a ideia geral, abreviou-se a citação eliminando fragmentos menores ou maiores assinalados nas 2ª, 3ª, 4ª e 5ª linhas;
6. Na 6ª linha assinala-se o corte da restante parte do parágrafo;
7. Como se vê, o sujeito enunciador (simplificando, Eça de Queirós) recorre a duas sinaléticas:
- 7.1. Na 1ª linha utiliza o travessão para destacar um enunciado que só termina na 4ª linha;
- 7.2. Aplica o parêntesis curvo duas vezes, primeiro na 2ª linha e, depois, no fragmento que ocupa as 4ª, 5ª e 6ª linhas;
8. Basta esta ocorrência (do parêntesis curvo) para levantar a questão e indicar uma regra geral:
- 8.1. Em primeiro lugar, o Autor, literário ou não, utiliza o parêntesis curvo, facto comum nos textos escritos (na oralidade pode ser substituído pelo cómico gestual dos dedos ou dos braços);
- 8.2. O ensaísta, vindo depois, não deve utilizá-lo para evitar a confusão entre “quem é que”;
- 8.3. Logo, ao ensaísta resta significar-se, diferencialmente, pela utilização do parêntesis recto;
- 8.4. Assim sucede com o procedimento acima adoptado, quer nas supressões, quer em acrescentos, como no caso resultante da 3ª supressão da 4ª linha:
- 8.4.1. Tendo sido eliminado o antecedente de “coleccionava os”, o entendimento da frase obriga a reintroduzi-lo na 5ª linha, na forma mais sucinta, entre parêntesis rectos [sistemas filosóficos];
9. Autocrítica necessária:
- 9.1. Como se acaba de ver, nas citações o ensaísta serve-se do parêntesis recto (8.3) para preservar o privilégio do uso do parêntesis curvo pelo Autor;
- 9.2. No entanto, como se viu mais acima, em 3.3.2 e 3.3.3, o ensaísta substitui por (“”) as aspas baixas («») e as aspas altas (“”) usadas pelo Autor;
- 9.3. A justificação parece ser funcional: maior importância dos parêntesis do que das aspas.

3. Formas, repetições, bordões

Procedimentos estilísticos e estéticos que podem deslustrar a escrita.

1. As regras da gramática informam que um parágrafo é ocupado pelo desenvolvimento completo de uma ideia, umas vezes mais simples outras vezes mais complexa;
2. Dessa regra deriva a materialidade do parágrafo, ora cingido à extensão de três, quatro ou cinco linhas, ora mais longo do que uma página;
3. Aparentemente, nada impede no plano epistemológico que as ideias se organizem por núcleos de desenvolvimento equilibrado:

- 3.1. Tanto como favorecem a clareza das ideias expostas, os núcleos equilibrados implicam a redução do tamanho dos parágrafos grandes e a ampliação dos mais pequenos, sem prejuízo do apuro formal das substâncias, semântica do conteúdo e material da expressão (da extensão do parágrafo);
4. Não é rara a tendência para iniciar parágrafos sempre da mesma maneira, p. ex., pelo emprego dos artigos “O”, “A”, ou pela deíxis (demonstrativa) “Este”, “Esta”;
 - 4.1. Neste tipo de casos, o discurso conforma-se à adição de frases, conotador, talvez injustamente, de descuido na elaboração formal e lógica das ideias;
5. Também tendencial pode ser o exagero no emprego de cláusulas pedagógicas, embora úteis em casos de demonstração cerrada:
 - 5.1. “Por um lado/ por outro”; “a um tempo/ a outro”; “de uma forma/ de outra”, etc.;
 - 5.2. “Assim”, “com efeito”, “na verdade”, “efectivamente”, “ou seja”, “isto é”, etc.;
6. Os bordões pedagógicos, respeitáveis e necessários, quando em excesso conotam ideias opostas:
 - 6.1. Quem lê tem de ser guiado, como se não fosse capaz de acompanhar a subtilidade do raciocínio;
 - 6.2. Quem escreve tem a percepção do embrulho das ideias, servindo-se dos bordões para tentar torná-las compreensíveis;
7. Também merecem ser postos em relevo determinados casos:
 - 7.1. Repetição mais ou menos frequente de certas palavras em contextos frásicos muito próximos;
 - 7.2. Excessiva ocorrência de “que” na mesma frase ou parágrafo;
 - 7.3. Cacofonia entre dois ou mais vocábulos em linha sintagmática, p. ex., redacção da Dissertação;
8. Registe-se ainda a vantagem estilística em:
 - 8.1. Empregar com parcimónia o verbo “ser”: “é”, “foi”, “era”, etc.;
 - 8.2. Reduzir o recurso aos verbos “estar”, “ter”, “haver”, “acontecer/sucedem”;
9. Evitar anotações do tipo:
 - 9.1. “Depois de nos debruçarmos atentamente sobre o texto”:
 - 9.1.1. Os gestos do redactor, “debruçar”, ou outros, são irrelevantes para o fim em vista;
 - 9.1.2. A leitura do texto deve ser sempre atenta, inútil referi-lo, e mau será se não for atenta;
 - 9.2. “Numa leitura superficial”:
 - 9.2.1. Uma leitura, nestas circunstâncias, nunca pode ser superficial;
 - 9.2.2. Mas, se for superficial, convém não o dizer;
 - 9.3. “Não temos a ambição de esgotar a leitura”:
 - 9.3.1. Só um incauto teria a ambição de esgotar o assunto;
 - 9.3.2. Num trabalho de determinada extensão só cabe uma leitura à medida dessa extensão;
 - 9.4. “Assim concluimos que”:
 - 9.4.1. Por vezes conclui-se mal se começa;
 - 9.4.2. Ou conclui-se antes de se ter demonstrado o que quer que seja.

4. Pessoa discursiva

Forma de o sujeito de enunciação se inscrever no discurso e marcas (encatálise) da sua presença (expressa/elidida, constante/rarefeita, vigorosa/subtil, vincada/diáfana, assertiva/injuntiva, etc.).

1. O acto de enunciação (ou, melhor, de enunciação enunciada) tem sempre, por definição formal, uma referência interna estruturante;

2. Um das vezes a enunciação utiliza o registo pessoal, quer na primeira pessoa do singular, quer na primeira pessoa do plural (“penso que esta questão implica”, “pensamos que esta questão implica”);
3. Em vez do registo pessoal, a enunciação pode optar pelo registo impessoal, à maneira do “on” francês (“esta questão implica”, “crê-se que esta questão implica”);
4. Embora seja legítima a utilização de qualquer uma destas formas, na primeira pessoa do plural e na impessoal prevalece a discrição e uma quase rasura da ostensão do sujeito enunciador;
5. Seja uma ou outra a forma adoptada, a regra da coerência aconselha conservá-la uniformemente em todo o percurso de escrita;
6. No trabalho analítico do texto parece ser desejável a harmonização temporal entre o discurso do sujeito e a letra do texto:
 - 6.1. Na narrativa comum em forma temporal *a posteriori* supõe-se que o sujeito empregará formas de tempo pretérito para referir o passado da personagem que “fez”, “disse”, “pensou”, “reagiu”, etc.;
 - 6.2. No entanto, o entusiasmo envolvente pode levar ao emprego do presente do indicativo, p. ex., que a personagem “faz”, “diz”, “pensa”, “reage”, etc., como quem utiliza o “presente histórico”;
 - 6.3. Para lá da questão da receita estilística aconselhável, fica sugerida a necessidade da percepção clara dos procedimentos utilizados em vista dos sentidos que podem engendrar;
 - 6.4. Note-se ainda que este emprego das formas “faz, fez, diz, disse, pensa, pensou, reage, reagiu”, é próprio do descritivo tautológico e da repetição na área da paráfrase, assim definida pelo purista:
 - 6.4.1. “A paráfrase traduz (esteticamente mal) aquilo que o texto exprime (esteticamente bem) à sua maneira”;
 - 6.4.2. “Por vezes a paráfrase é necessária à boa compreensão do texto, mas não deve ser exposta”;
7. Alguns procedimentos e formas elocucionais também merecem comentário:
 - 7.1. A coloquialidade rasura as diferenças lógicas e estilísticas entre os registos escrito e oral;
 - 7.2. As “tiradas”, seqüências longas e cerradas de termos, de grande efeito verboso, sofrem não raro de deficiência informativa clara;
 - 7.3. Em prejuízo da moderação estilística, ocorrem por vezes efeitos supra-segmentais (perlocutivos) deformadores por excesso, peremptórios, categóricos, ou por defeito, vacilantes, indecisos;
8. Em sentido oposto, a exposição pode recorrer, quando aconselhável, ao clausulado do estilo e da modalização dubitativa:
 - 8.1. “Parece(-nos, me) que”;
 - 8.2. “Estamos (estou) em crer que”, etc..

D. Textualidade

1. Páginas, alinhamentos, letra

Folhas soltas são impressas com idêntica largura de margem à esquerda e à direita, ou talvez não, quando se destinam à forma de livro.

1. Nas páginas que se destinam à forma de livro parece aconselhável aumentar a largura da margem a ser empastada para facilitar a leitura, em especial no caso de impressão em frente e verso;
2. A numeração das páginas da Dissertação/Tese não obedece a regras fixas, sendo porém certo que a dinâmica natural do olhar tende para o seu quarto superior direito;
3. Em vista destas breves noções, uma hipótese de normalizada pode consistir em:

- 3.1. Margens superior e esquerda da folha impressa na face, 3,5 cm; no caso de a folha ser impressa no verso a medida de 3,5 cm aplica-se à margem direita;
- 3.2. Atendendo às dificuldades do manuseamento e de anotação nas páginas impressas no verso, a espessura dos documentos Dissertação ou Tese talvez não justifique a impressão em dupla face;
- 3.3. Margens inferior e direita da face da página: 2,5 cm;
- 3.4. Margens superior e inferior, esquerda e direita muito estreitas, além do défice estético, parecem conotar avareza;
4. Para o espaçamento entre linhas podem ser recomendados “2 espaços” ou, com mais frequência, “1 1/5 espaços”, mas não “1 espaço”;
5. No que se refere à tabulação (indentação) dos parágrafos parece não haver regra fixa;
6. Modernamente vêem-se textos com parágrafos sem tabulação inicial, substituída pelo incremento de “1/2 espaço” entre parágrafos (lembrando Relatórios de Conselho de Administração Bancária);
7. Na composição do texto a recomendação unânime indica para tipo de letra o “Times new roman”, tamanho “12”;
8. O uso dos recursos de estilo, “negrito (bold)”, “itálico”, “sublinhado”, ganha em obedecer à regra da parcimónia nas funções aconselhadas a um trabalho sóbrio de estilo universitário:
 - 8.1. O “negrito (bold)” emprega-se de preferência em títulos de Partes, Capítulos, etc.;
 - 8.2. O “itálico” é obrigatório no título de obras citadas e em termos latinos sem tradução;
 - 8.3. O “sublinhado” apropria-se a passagens relevantes de citações:
 - 8.3.1. No final da citação (depois da indicação bibliográfica, o redactor do trabalho informa que é o autor do sublinhado: “subl. meu (nosso), XY”);
9. Nas notas de rodapé não há tabulação, as entrelinhas são a “1 espaço”, devendo-se reduzir a “9” ou a “10” o tamanho da letra;
10. Convirá evitar, a todo o custo, a tendência para alongar as notas e referências de rodapé.

2. Citações

As citações gozam da prerrogativa do exercício intertextual puro sob diversas formas discursivas.

1. Uma citação de três linhas ou inferior integra-se no corpo do texto, entre aspas baixas («xxx»):

- 1.1. O exemplo aleatório seguinte faz de conta que pertence ao discurso do redactor do trabalho:

O deslumbramento causado pelo progresso da técnica no século XIX foi de tal maneira grande que mereceu honras literárias na narrativa de Autores como Eça de Queirós, p. ex.: «Era ele [Jacinto], o mais complexamente civilizado [...] aquele que se munira da mais vasta soma de civilização material, ornamental e intelectual [...]» (Eça de Queirós, “Civilização”, *Contos*, Mem Martins, Europa-América, s.d. p. 78 (3ª ed.);

2. A citação superior a três linhas destaca-se no corpo do texto;

- 2.1. Nota. Procura-se evitar a remissão para os tópicos anteriores repetindo algumas das noções já referidas. Nesta alínea em muitas outras desliza-se para a repetição, provando que diversas questões se entrecruzam sem hipótese de dissociação):

Era ele, de todos os homens que conheci, o mais complexamente civilizado - ou, antes, aquele que se munira da mais vasta soma de civilização [...]. Neste palácio (floridamente chamado Jasmineiro) que seu pai [...] cons-79truíra sobre uma honesta casa do século XVII, assoalhada a pinho e branqueada a cal - [...] A biblioteca [...] continha vinte e cinco mil volumes, instalados em ébano [...] (e, com justa prudência [...] o bibliotecário apenas colecionara os que irreconciliavelmente se contradizem) [...] (Eça de Queirós, “Civilização”, *Contos*, Mem Martins, Europa-América, s.d. p. 78-79 (3ª ed.)

- 2.1. A citação alinha à esquerda pela tabulação e à direita pela margem do texto (já referido);
- 2.2. O alinhamento das margens, o tamanho da letra (1 ponto menor do que no texto) e o intervalo de 1 espaço entre linha indicam citação, dispensando as aspas iniciais e finais (já referido);
- 2.3. Abrevia-se a citação eliminando as passagens irrelevantes, assinalando-as com [...] (já referido);
- 2.4. Casos há em que é preciso acrescentar palavras que recomponham a lógica da frase quebrada pela abreviação (já referido):
 - 2.4.1. Não tem sentido pleno o passo da citação acima: «o bibliotecário apenas colecionara os que irreconciliavelmente se contradizem» (já referido);
 - 2.4.2. Para restituir o sentido junta-se o sintagma que fora eliminado com o corte: «o bibliotecário apenas colecionara os [sistema filosóficos] que irreconciliavelmente se contradizem» (já referido);
3. Este exemplo serve de pretexto para mostrar um caso de abreviação que pede termos especiais para restaurar a lógica sintáctica da frase quebrada pela abreviação:
 - 3.1. “Pensava fazer [...] era ainda cedo”: “pensava fazer [...] [visto que] era ainda cedo”;
4. Resumo é a forma aconselhada quando a citação implica mais de três linhas e o corpo do texto já se encontra infestado de citações destacadas:
 - 4.1. O exemplo aleatório seguinte faz de conta que pertence ao discurso do redactor do trabalho:

O fascínio pelo telemóvel de ligação às redes sociais é actualmente avassalador, como grande foi o deslumbramento pelo progresso técnico no século XIX, segundo se infere do protagonismo que Eça de Queirós atribui à personagem Jacinto, símbolo do apetrechamento levado ao extremo de meios civilizacionais nos planos técnico, rodeado de toda a espécie de objectos, intelectual, expresso pela sua vastíssima biblioteca, e ornamental, conotado pela decoração do seu palácio que tem por nome “Jasmineiro” (Eça de Queirós, “Civilização”, *Contos*, Mem Martins, Europa-América, s.d. p., 78-79 (3ª ed.);
5. Não é raro ocorrerem citações destacadas, sugeridas pelas questões tratadas no texto, mas sem serem interpeladas no trabalho, ficando confinadas à função passiva de elementos ilustrativos;
 - 5.1. Qualquer citação destacada deve ocorrer por necessidade do comentário que a põe em diálogo efectivo com o trabalho em desenvolvimento e que assim a justifica;
6. Aspectos interessantes de uma obra citada, mas sem directa relação com o assunto tratado, devem ser deslocados para citação em nota de rodapé;
7. O ponto de vista restritivo aconselha a não incluir em citação destacada nas páginas do trabalho os fragmentos de textos (ensaísticos, teóricos) que não pertençam ao *corpus*:
 - 7.1. Uma vez que não devem formar citações destacadas, estes textos (ensaísticos, teóricos) podem ainda ser valorizados nas formas comuns;
 - 7.1.1. Em curtas citações no corpo do trabalho;
 - 7.1.2. Em resumos de extensão conveniente;
8. Os excertos dos textos ensaísticos e teóricos de interesse evidente devem ser transcritos com parcimónia em nota de rodapé, que para isso elas existem.

3. Menção bibliográfica

Entre as normas bibliográficas disponíveis, privilegiam-se as de tradição humanista.

1. A referência bibliográfica localiza-se no exacto final da citação, qualquer que seja a forma dela, integrada no texto, destacada ou resumida;

2. No caso de obras do *corpus*, de referência frequente, a sua primeira indicação bibliográfica deve ser seguida da sigla de abreviação, p. ex.:

2.1. Eça de Queirós, “Civilização”, *Contos*, Mem Martins, Europa-América, s.d. (3ª ed.). Doravante referiremos esta obra pela abreviação “C”;

3. A referência abreviada convém sobretudo à análise de texto que obriga a constantes remissões, a fim de evitar as listagens interminável de dados em rodapé, assim:

3.1. “xxx xxx xxx” (C., p. 78); “yyy yyy yyy” (C., p. 80); “zzz zzz zzz” (C., p. 80);

4. A nomenclatura de citação bibliográfica anglo-saxónica também concebeu uma forma de evitar as frequentes remissões para nota de rodapé:

4.1. Nos lugares que identificam as citações, a indicação bibliográfica abrevia-se no apelido do Autor, na data da edição da obra e na indicação da página consignada;

4.2. No caso de haver mais de uma obra do Autor com a mesma data, a distinção faz-se atribuindo a uma obra um grafema “a” e a outra o grafema “b”, etc.;

4.3. Este modelo de remissão bibliográfica, muito expedito no plano editorial do livro, não é amigo da leitura do trabalho;

4.4. Também não é amiga da leitura a remissão das notas de rodapé para o fim do trabalho;

4.4.1. Nos dois casos o leitor empenhado vê-se coagido a um vaivém incómodo entre os lugares do texto e os das notas e da bibliografia.

4. Indicações bibliográficas

As normas bibliográficas nacionais dos países (Portugal: cf. Instituto Português da Qualidade) vêm sendo preteridas pela preferência das editoras ou pessoais, permissividade que também justificará a opção pela referida tradição humanista.

1. Na forma comum, a indicação bibliográfica obedece à lógica da sinédoque particularizante e, por se tratar de enumeração sucessiva, cada elemento fica separado pela vírgula, rematando-se a linha com o ponto final (.);

2. Indicação bibliográfica de livro:

2.1. Em linha: Nome (do Autor), Artigo, in *Obra*, Lugar, Editora, data, (ordem da edição: 1ª, 2ª ed., etc.).

2.2. Nome: apelido grafado em MAIÚSCULAS (ou não), restante parte do nome;

2.3. “Artigo”, entre aspas altas (“x”);

2.4. in *Obra*, ortografada em *itálico*;

2.5. Lugar, lugar da Editora;

2.6. Faltando a indicação de Lugar, recorrer ao lugar da Tipografia em Colofon obrigatório por Lei, colocando-o entre parêntesis recto;

2.7 Na falta de indicação em Colofon utilizar a abreviatura s.l.;

2.8. Editora: casa Editora, por vezes também designada Livraria;

2.9. Faltando a indicação de Editora substituir pela Tipografia em Colofon, colocada entre parêntesis recto;

2.10. Na falta da referência da Tipografia em Colofon indicar pela abreviatura s.e.;

2.11. Tratando-se de edição de Autor indicar Ed. de Autor;

2.12. Caso seja edição financiada pelo Autor sob chancela editorial indicar Autor/Editora;

- 2.13. Data: data da Edição;
- 2.14. Na falta da indicação de data, colocar entre parêntesis recto a data constante em Colofon;
- 2.15. Caso falte a data no Colofon, indicar entre parêntesis recto a data de Depósito Legal, assim: [1984, D.L.];
- 2.16. A data do Depósito Legal costuma ser um ano anterior em relação ao ano de publicação;
- 2.17. Não sendo viável nenhuma das indicações referidas, a indicação da data pode eventualmente ser obtida por informação indirecta, assim indicada [xxxx?];
- 2.18. Não havendo forma de determinar a data, indicar s.d.;
- 2.19. Em algumas bibliografias encontram-se duas indicações, o Nº “x” da data de Edição e o Nº “x+1” da reimpressão. Inscrever ambos (preferível mais do que menos);
3. Forma particular de indicação bibliográfica de livro:
- 3.1. Em linha: Nome, “Artigo”, Nome (Editor, Organizador(es) ou Coordenador(es)), in Obra, Lugar, Editora, Data, (ordem da edição: 1ª, 2ª ed., etc.);
4. Indicação bibliográfica de revista
- 4.1. Em linha: Nome, Artigo, Revista (título, Subtítulo e tema da revista), Nº, Série, Vol./Tomo, Ano (publicação), Lugar, Editora, Mês/data, Periodicidade, Direcção ou Coordenação;
- 4.2. Nome, como em livro;
- 4.3. “Artigo”, como em livro;
- 4.4. *Revista* (título e subtítulo ortografados em *itálico*), como em livro;
- 4.4.1. Em Revistas (e Jornais) o subtítulo pode fornecer dados complementares preciosos;
- 4.5. Nº, número da Revista em questão: Nº “x”;
- 4.6. Série, assim: Série 2 ou 2ª Série, Série especial;
- 4.7. Vol./Tomo, assim: Vol. III ou 3º Vol; Tomo I ou 1º Tomo;
- 4.8. Ano de publicação, assim: Ano 8 ou 8º Ano;
- 4.9. Lugar, como em livro;
- 4.10. Editora, como em livro (muitas vezes ausente)
- 4.12. Mês/data, assim: Fev./1984; Jan.-Maio/1984; Nov./1984-Jan./1985; Primavera/1945 (usa-se abreviar os meses para três grafemas, excepto “Maio”);
- 4.13. Periodicidade, assim: Quinzenal, Mensal, bi-Mensal, Semestral, Anual, bi-Anual, etc.;
- 4.14. Director/Coordenador;
- 4.14.1. em Revistas (e Jornais e Periódicos), o nome do Director/Coordenador pode fornecer dados complementares preciosos;
- 4.15. Estas indicações estão praticamente completas, mas raramente se empregam na totalidade;

5. Registos bibliográficos

Diferenciação sumária dos registos bibliográficos em rodapé e na bibliografia final.

1. Em rodapé (pé de página) só são feitos registos de documentos em citações de trabalho;
2. Em tais ocorrências os registos devem obedecer à forma sucinta:
 - 2.1. Os nomes do Autor e Autores seguem a ordem normal por se tratar de contextos de trabalho;
 - 2.2. Por o ambiente ser de trabalho podem-se omitir os elementos acessórios da bibliografia, p. ex., o subtítulo, a identificação do Colóquio a que as Actas pertencem, a Colecção do livro, etc.;

- 2.3. Por essa mesma razão também se pode abreviar a indicação de Editor (J.I.U., em vez de Junta de Investigações do Ultramar);
- 2.4. Mas é obrigatória a notação das páginas consultadas e, logo, o nº da edição em uso (já referido);
- 2.5. No caso de não haver indicação de edição fica admitido que é a 1ª ou única;
3. Na Bibliografia final da Dissertação/Tese o registo é obrigatoriamente completo;
- 3.1. A indicação do nome de Autor/nomes de Autores, faz-se a começar pelo Apelido de todos eles, em MAIÚSCULA, ou não (já referido);
- 3.2. Havendo mais de três Autores, indica-se o primeiro e os restantes são substituídos por alii;
- 3.3. Ocorrendo abreviaturas nos nomes e apelidos, deve-se a todo o custo desdobrá-las:
- 3.3.1. GREIMAS, A. J., in *Sémantique Structurale (recherche de méthode)*, Paris, Larousse, 1966;
- 3.3.2. GREIMAS, Algirdas Julien, in *Sémantique Structurale (recherche de méthode)*, Paris, Larousse, 1966;
- 3.3.2.1. Em rodapé seria apenas: A. J. Greimas, in *Sémantique Structurale*, Paris, Larousse, 1966;
- 3.3.3. SMITH, Anthony D., “Modernidade e antiguidade da nação”, in *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997;
- 3.3.4. neste caso “D.” não pode ser desdobrado por não haver informação disponível;
- 3.4. No exemplo referido mais acima, “4. Indicações Bibliográficas, 3. Forma particular de indicação bibliográfica”, em Bibliografia Final seria:
- 3.4.1. GRUZINSKI, Serge, “Passer les frontières: Deplacer les frontières à Mexico (1560-1580)”, Rui Manuel Loureiro & Serge Gruzinski (Coord.), in *Passar as Fronteiras - II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais - Séculos XV a XVIII*, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999;
4. Na Bibliografia Final, não é usual indicar-se número de páginas, mesmo que a referência ponha em relevo um “Artigo”, como no exemplo anterior (3.4.,1).
- 4.1. Se o preciosismo fosse levado até à decisão de indicar os números de página, haveria sempre um ou outro caso onde seria praticamente impossível fazê-lo;
- 4.2. Segundo a regra uniformizadora de “tudo ou nada”, parece ser melhor prescindir dos números em todas as referências do que indicá-los na maioria delas com lacunas à vista.

6. Referênciação progressiva

Citações repetidas em continuidade e alternância implicam regras de codificação sem ambiguidades. Como se anotou mais acima, dá-se preferência à bem conhecida norma de tradição humanista.

1. Referiu-se já que os termos latinos se grafam em *itálico* no corpo da Dissertação/Tese;
2. Em citação bibliográfica os termos latinos tornam-se elementos de uma codificação semântica e funcional, integrados numa nomenclatura específica, com regras próprias, e a elas submetidos;
3. Apesar disso as regras da nomenclatura conservam os sentidos correntes dos termos latinos;
4. cf.: conferir, conforme;
5. idem ou id.: o mesmo;
6. ibidem ou ibid.: no mesmo;
7. opus citatum ou op. cit.: obra citada
8. locus citatum ou loc. cit.: lugar citado;
9. apud: junto de, junto a, em;
10. passim: em diversas passagens, em diversos lugares;

11. Simulando a escrita do trabalho, lista-se abaixo um conjunto de obras/Autores para explicitar a diversidade de citações que podem ocorrer em rodapé da Dissertação/Tese:

1. Silva, Vítor Manuel de Aguiar e, “Modos, géneros e subgéneros literários, in *Teoria da Literatura*, Coimbra, Almedida, 1996, p. 385-401 (8ª Ed., 9ª Reimpressão);
2. Bourdieu, Pierre, “La production de la croyance”, in *Les règles de l’art*, Paris, Seuil, 1992, p. 237-245;
3. Certeau, Michel de, “La fiction de l’histoire- L’écriture de «Moïse et le monothéisme»”, in *L’écriture de l’histoire*, Paris, Gallimard, 1975, p. 312-358;
4. Certeau, Michel de, “Récits d’Espace”, in *L’invention du quotidien 1. arts de faire*, Paris, Gallimard, 1990, p. 170-191
5. Eco, Umberto, “Les modes de production du signe”, in *Sémiotique et philosophie du langage*, Paris, PUF, 1984, p. 52-59;
6. Eco Umberto, “As Estruturas Discursivas”, in *Leitura do Texto Literário- Lector in fabula*, Lisboa, Presença, [1983](Colofon), p. 91-107;

12. Simulação

12.1. Um tópico do *corpus* aconselha a consulta da obra de Aguiar e Silva, que se cita em rodapé:

. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, “Modos, géneros e subgéneros literários, in *Teoria da Literatura*, Coimbra, Almedina, 1996, p. 387.

12.2. Sem ser indicado outro Autor, nova referência à mesma obra e página de Aguiar e Silva, que se cita em rodapé:

. *id.*, *ibid.*.

- 1). *id.*: “o mesmo” documento de Vítor Manuel Aguiar e Silva, em *itálico* por incluir o título da obra/documento;
- 2). *ibid.*: “no mesmo” local (página) do documento identificado em *id.*;

12.3. Ainda sem ser indicado outro Autor, nova referência à mesma obra de Aguiar e Silva, mas em outra página, que se cita em rodapé:

. *id.*, p. 390.

- 1). *id.*: pela razão indicada acima (12.2);

12.4. No seguimento do trabalho refere-se Pierre Bourdieu, que se cita em rodapé:

. Pierre Bourdieu, “La production de la croyance”, in *Les règles de l’art*, Paris, Seuil, 1992, p. 238.

12.5. Nova referência à página anterior da obra de Aguiar e Silva, que se cita em rodapé:

. Vítor Manuel Aguiar e Silva, *id.*, *ibid.*

- 1). Vítor Manuel Aguiar e Silva, indicado por haver interposição de outro nome;
- 2). *id.*: pela razão indicada mais acima (12.2);
- 3). *ibid.*: pela razão indicada mais acima (12.2);

12.6. Segue-se agora uma referência a Michel de Certeau, que se cita em rodapé:

. Michel de Certeau, “La fiction de l’histoire- L’écriture de «Moïse et le monothéisme»”, in *L’écriture de l’histoire*, Paris, Gallimard, 1975, p. 320;

- 1). Autor e obra pela primeira vez referidos;

12.7. Entretanto ocorre uma referência a Umberto Eco, que se cita em rodapé:

. Umberto Eco, “Les modes de production du signe”, in *Sémiotique et philosophie du langage*, Paris, PUF, 1984, p. 55;

- 1). Autor e obra primeira vez referidos;

12.8. Pouco depois, sem ter havido interpolação de outro nome, nova referência a Umberto Eco:

. Id., “As Estruturas Discursivas”, *Leitura do Texto Literário- Lector in fabula*, Lisboa, Presença, [1983](Colofon), p. 95;

- 1). Id., “o mesmo” Autor citado imediatamente antes (Umberto Eco);
- 2). Todas as restantes referências por ser obra pela primeira vez indicada;

12.9. Em outro passo, nova referência a Michel de Certeau, que se cita em rodapé:

. Michel de Certeau, “Récits d’Espace”, *L’invention du quotidien 1. arts de faire*, Paris, Gallimard, 1990, p. 180;

- 1). Autor referido, por haver interpolação de nomes (Umberto Eco);
- 2). Todas as restantes referências por ser obra pela primeira vez indicada;

12.10. Mais adiante, nova referência a Umberto Eco, que se cita em rodapé:

. Umberto Eco, “As Estruturas [...]”, *id.*, p. 97;

- 1). Umberto Eco, por haver interpolação de nomes (Michel de Certeau);
- 2). “As Estruturas [...]” (abreviado por não gerar confusão) para identificar o “Artigo ou Capítulo”;
- 3). *id.* em *itálico* para “o mesmo” título/documento/obra que contém o referido “Artigo ou Capítulo” (12.2);

12.11. Convém agora nova referência a Michel de Certeau, que se cita em rodapé:

. Michel de Certeau, “La fiction de l’histoire [...]”, *id.*, p. 325;

- 1). Michel de Certeau, por ter havido interpolação de nomes (Umberto Eco);
- 2). “La fiction de l’histoire [...]” (abreviado por não gerar confusão) para identificar o “Artigo” ou “Capítulo”;
- 3). *id.* em *itálico* para “o mesmo” título/documento/obra que contém o referido “Artigo ou Capítulo” (12.2);

12.12. Vem ainda a propósito referir de novo Michel de Certeau, que se cita em rodapé:

. Id., “Récits d’Espace”, *id.*, *ibid.*;

- 1). Id., “o mesmo” Autor citado imediatamente antes (Michel de Certeau) (12.8);
- 2). “Récit d’Espace” não abreviado por ser título breve, para identificar o “Artigo” ou “Capítulo”;
- 3). *id.* em *itálico* para “o mesmo” título/ documento/obra que contém o referido “Artigo” ou “Capítulo” (12.2);
- 4). *ibid.*: “no mesmo” local (página) do documento identificado em *id.* (12.2);

12.13: Agora Michel de Certeau cita de Jean-Joseph Goux um excerto que se insere *ipsis verbis* no trabalho ou em rodapé: «Tout se passe comme si le cheminement le plus *intensif* du développement historique, du point de vue rétrospectif qui est le nôtre, passait para la socialité marchande»:

Jean-Joseph Goux, “Le Symbole Insensé”, in *Psychanalyse et sémiotique*, Paris, 10/18-UGE, 1975, p. 188, apud Michel de Certeau, “La fiction de l’histoire [...]”, *id.*, p. 340.

- 1). apud, indica que a citação da autoria de Jean-Joseph Goux é indirecta, feita por Michel de Certeau;
- 2). “La fiction de l’histoire [...]” (abreviado por não gerar confusão) para identificar o “Artigo” ou “Capítulo”;
- “*id.*” em *itálico* para “o mesmo” título/ documento/obra que contém o referido “Artigo” ou “Capítulo” (12.2);

12.14. Dois outros exemplos em sequência interessam ao trabalho, que se citam em rodapé:

. Virgílio Avelino Pires, “Órfão”, *Claridade*, Nº 8, S. Vicente, Mai./1958, p. 57-59;
. Virgílio Pires, “Noite”, *id.*, Nº 9, *id.*, Dez./1960, p. 12-13;

- 1). *id.* em *itálico* da 2ª citação abrange apenas o título da Revista (de fora fica o seu número, Nº 9);
- 2). *id.* refere o que na 2ª citação, S. Vicente, é comum à 1ª citação.

12. Em resumo:

12.1. A abreviatura “o mesmo”, *id.*, em *itálico*, indica o título completo da Obra;

12.2. A ocorrência de *id.* redondo respeita a outros elementos (parcelares) do título;

12.3. A forma *id.* não abrange o nº de página, uma vez que este é um dado ocasional dependente da utilização de uma obra;

12.4. Pelo sentido semântico, *ibid.* (no mesmo) liga-se preposicionalmente a *id.* (título, o mesmo);

12.5. A forma *ibid.* não pode ocorrer sem um antecedente de ligação, seja o título do documento, seja *id.* que o substitui;

12.6. Os sentidos semânticos indicam que *id.* e *ibid.* têm funções distintas e complementares:

12.7. Devido à codificação que os diferencia por função, *id.* e *ibid.* não se podem substituir;

12.8. Nos exemplos acima, *id.* ocorre em *id.*, abrangendo os títulos (12.2/1; 12.3/1; 12.5/2; 12.10/3; 12.11/3; 12.12/3; 12.13/3), ou em *id.* abrangendo outras partes da obra (12.8/1; 12.12/1; 12.14/2);

12.9. Nos mesmo exemplos, *ibid.* ocorre *ibid.* para os lugares/páginas (12.2/2; 12.5/3; 12.12/4);

12.10. No exemplo de 12.13, *apud* refere-se a lugares (junto de, junto a, em), não se grafando por isso em *itálico*;

12.11. As formas “*id.*” e “*ibid.*” empregam-se para economizar a citação sem gerar confusões;

12.12. As formas “*op. cit.*” e “*loc. cit.*” são sensivelmente equivalentes a “*id.*”;

12.13. A vantagem aparente de “*id.*” deve-se ao facto de fazer parêntese formal com “*ibid.*”.

III. CONCLUSÃO

1. Bibliografia final

Critérios de ordenação das obras na Bibliografia Final.

1. As bibliografias intervenientes na Dissertação/Tese distinguem-se pela natureza e pelas funções, globalmente “Activas” e “Passivas”;

I- Bibliografia Activa, composta por uma ou duas alíneas:

A. *Corpus*, elenco das obras que materializam o objecto de trabalho;

B. Complementar, conjunto de obras que entram em conexão directa com o *Corpus*;

II- Bibliografia Passiva, composta por um número variável de alíneas, p. ex., no domínio literário:

A. História literária, Antropologia, Sociologia;

B. Teoria literária, Ensaísmo, Crítica;

C. Dicionários, Enciclopédias, Jornais, Periódicos, Sítios (Internet);

2. A Bibliografia Final é inclusiva e abrangente;

2.1. Integra toda a bibliografia referida em citação e disposta em rodapé;

2.2. As indicações bibliográficas sucintas de rodapé serão agora recompostas integralmente;

2.3. Regista as obras lidas, consultadas, com repercussão directa ou indirecta no trabalho;

2.4. Inclui todas as obras consideradas de referência obrigatória, ainda que sem grande intervenção no desenvolvimento do trabalho;

2.5. Inclui também as obras charneira de aparato teórico, tenha sido grande ou pequeno o concurso prestado à realização do trabalho;

2.6. Inclui necessariamente as obras que dão forma e substância às competências de que se dispõe;

2.7. Não incluir as obras citadas em segunda mão, caso das ocorrências indicadas com *apud*;

2.8. Evitar a todo o custo a inclusão de obras alheias ao trabalho realizado.

2. Introdução e Conclusão

Algumas anotações breves.

1. Colocada no início do trabalho a ser realizado, parece plausível que a Introdução seja redigida no registo temporal de presente (do que se entende dever ser feito) e no futuro (relativo ao trabalho que agora apenas começa e se desejará concluir);
2. Redigir a Introdução no registo de pretérito está ferido do ilogismo de localizar no tempo das coisas concluídas aquilo que, precisamente, apenas começa.
3. Com frequência a aprendizagem no decurso da realização do trabalho aconselha a reordenação dos caminhos antes traçados no Plano Inicial.
4. Na prática, a Introdução feita de início (se acaso foi feita) tem de ser refeita no final do trabalho para ficar rigorosamente conforme.
5. Enquanto o miolo da Dissertação/Tese deve obedecer ao estilo sóbrio e à regra da objectividade, a Introdução pode consentir uma boa dose de subjectividade;
 - 5.1. Não será despropositado invocar as disposições pessoais de curiosidade, interesse, convicção (do tipo das que podem constar na “Carta de Intenções” do Candidato ao Grau de Doutor);
 - 5.2. No mínimo as disposições pessoais conotam o empenho em face de tarefas difíceis e custosas;
6. No que toca à objectividade, são tópicos indispensáveis:
 - 6.1. O “estado da arte”;
 - 6.2. As hipóteses que se pretende sejam demonstradas no horizonte do Tema;
 - 6.3. A moldura do conhecimento actual relativo ao assunto;
 - 6.4. As diligências práticas atinentes à investigação;
 - 6.5. Os problemas que se reconhece existirem;
 - 6.6. A estratégia teórica e as diferentes tácticas que se prevê ser necessário empregar;
 - 6.7. As metodologias mais aconselháveis;
 - 6.7. A fundamentação do interesse científico do trabalho;
 - 6.8. A oportunidade actual da realização da Dissertação/Tese;
 - 6.9. Os resultados que se almejam em vista do avanço do conhecimento no domínio em questão;
7. A Conclusão nada pode acrescentar de novo ao trabalho realizado;
 - 7.1. Por via de regra, a Conclusão resume, mais ou menos drasticamente, o andamento das ideias encenadas no decurso do trabalho;
 - 7.2. Depende em parte dos aspectos valorizados na Conclusão a imagem deixada pelo trabalho;
 - 7.3. Uma máxima a propósito: “ler a Introdução e a Conclusão é meio caminho andado para se ficar com uma ideia geral sobre o miolo que as separa”.

3. Finalização

Anotações avulsas.

1. No corpo da Dissertação/Tese, melhora a estética do conjunto abrir uma nova página para iniciar uma nova Parte e talvez também uma nova página para cada novo Capítulo;
2. Fica entendido como óbvio que ÍNDICE, INTRODUÇÃO e CONCLUSÃO inauguram cada um a sua página em posição centrada;

3. Evitar o aspecto inestético do parágrafo que acaba na página seguinte com apenas uma ou duas linhas, linhas que então se designam pela metáfora “viúvas e órfãos”;
4. Evitar tanto quanto possível o aspecto pouco pedagógico de tabelas ou quadros que se prolongam de uma página para outra dificultando o seu bom entendimento;
5. Talvez seja de duvidosa oportunidade estética introduzir epígrafes no corpo da Dissertação/Tese, p. ex., depois do título de Partes ou Capítulos;
6. Na organização da Dissertação/Tese, recorrer quando necessário a Apêndices e a Anexos;
7. Sendo extensa a secção de Apêndice e Anexos reunir esse material em volume separado;
8. Cumprir a regra da numeração árabe, mas reservá-la para o corpo do trabalho;
9. Empregar numeração romana na secção paratextual anterior ao Índice.

4. Adenda

Capa e paratextos da Dissertação/Tese.

0. As Universidades dispõem de Regulamentos sobre a apresentação da Capa dos documentos de Dissertação e de Tese;
 - 0.1. Mas nem por isso deixam de ser úteis algumas anotações relativas aos elementos de paratexto que devem obedecer a uma ordem de sucessão lógica:
 - 1º. Capa, obrigatório o formato institucional;
 - 2º. Folha em branco, facultativa;
 - 3º. Folha de rosto, obrigatória ou opcional:
 - 3º.1. Obrigatória, se nela tiver de constar a indicação do Orientador;
 - 3º.2. Facultativa para conformar o documento à estética de uma edição corrente;
 - 4º Dedicatória, facultativa:
 - 4º.1. Localizada no 4º espaço superior direito da página;
 - 5º Epígrafe, facultativa:
 - 5º.1. Localizada no 4º espaço superior direito da página;
 - 6º Agradecimentos, facultativo;
 - 7º. Resumo em português, obrigatório:
 - 7º.1. Consta do Regulamento o nº de palavras do Resumo;
 - 8º. Resumo traduzido para uma língua estrangeira, obrigatório;
 - 9º Palavras-chave, obrigatório:
 - 9º.1. Cerca de meia dúzia em língua portuguesa e traduzida para a língua estrangeira;
 - 9º.2. Uma forma pedagógica consiste em fazer seguir cada Resumo das respectivas Palavras-chave;
 - 10º. Legenda de siglas, facultativo:
 - 10º.1. Em alguns tipos de trabalho, quando é muito vasto o número de obras do *corpus*, pode-se fazer a sua apresentação em título completo seguido da sigla a ser utilizada no corpo do trabalho para efeito de simplificação;
 - 10º.2. Depois, em cada primeira utilização de cada título, referir o que foi indicado em Legenda.
 - 11º ÍNDICE, obrigatório, em início de página:
 - 11º.1. Indicar no ÍNDICE os números de páginas convenientes;
 - 12º. INTRODUÇÃO, centrada, em início de página;
 - 13º. Corpo do Trabalho;

14º. CONCLUSÃO, centrada, em início de página;

15º. BIBLIOGRAFIA FINAL, em início de página;

16º. APÊNDICE, em início de página;

17º. ANEXOS, em início de página;

18º. *Index* de nomes e termos, facultativo, em início de página:

18º.1. Com os recursos oferecidos pelos processadores de texto, é fácil a elaboração de um Índice de nomes e de tópicos que decerto favorecerá a consulta futura do documento Dissertação/Tese.

5. Apêndice

Texto literário de enquadramento das citações de Eça de Queirós

“Eu possuo preciosamente um amigo (o seu nome é Jacinto) que nasceu num palácio, com quarenta contos de renda em pingues terras de pão, azeite e gado.

Desde o berço, onde sua mãe, senhora gorda e crédula de Trás-os-Montes, espalhava, para reter as Fadas Benéficas, funcho e âmbar, Jacinto fora sempre mais resistente e são que um pinheiro das dunas. Um lindo rio, murmuroso e transparente, com um leito muito liso de areia muito branca, reflectindo apenas pedaços lustrosos de um céu de Verão ou ramagens sempre verdes e de bom aroma, não ofereceria, àquele que o descesse numa barca cheia de almofadas e de champanhe gelado, mais doçura e facilidades do que a vida oferecia ao meu camarada Jacinto. Não teve sarampo e não teve lombrigas. Nunca padeceu, mesmo na idade em que se lê Balzac e Musset, os tormentos da sensibilidade. Nas suas amizades foi sempre tão feliz como o clássico Orestes. Do amor só experimentou o mel -- esse mel que o amor invariavelmente concede a quem o pratica, como as abelhas, com ligeireza e mobilidade. Ambição, sentira somente a de compreender as ideias gerais, e a «ponta do seu intelecto» (como diz o velho cronista medieval) não estava ainda romba nem ferrugenta... E, todavia, desde os vinte e oito anos, Jacinto já se vinha repastando de Schopenhauer, do *Eclesiastes*, de outros pessimistas menores, e três, quatro vezes por dia bocejava, com um bocejo cavo e lento, passando os dedos finos sobre as faces, como se nelas só palpasse palidez e ruína. Porquê?

Era ele, de todos os homens que conheci, o mais complexamente civilizado -- ou, antes, aquele que se munira da mais vasta soma de civilização material, ornamental e intelectual. Nesse palácio (floridamente chamado Jasmineiro) que seu pai, também Jacinto, construíra sobre uma honesta casa do século XVII, assoalhada a pinho e branqueada a cal -- existia, creio eu, tudo quanto para bem do espírito ou da matéria os homens têm criado, através da incerteza e dor, desde que abandonaram o vale feliz de Septa-Sindu, a Terra das Águas Fáceis, o doce país ariano. A biblioteca -- que em duas salas, amplas e claras como praças, forrava as paredes, inteiramente, desde os tapetes de Caramânia até ao tecto, donde, alternadamente, através dos cristais, o sol e a electricidade vertiam uma luz estudiosa e calma -- continha vinte e cinco mil volumes, instalados em ébano, magnificamente revestidos de marroquim escarlate. Só sistemas filosóficos (e, com justa prudência, para poupar espaço, o bibliotecário apenas colecionara os que irreconciliavelmente se contradizem) havia mil oitocentos e dezassete. [...]”
(Eça de Queirós, “Civilização”, *Contos*, Mem Martins, Europa-América, [1987 D.L.], p. 78-79).